

## DESAFIOS PARA A INCLUSÃO CHALLENGES FOR INCLUSION

Luciana Leão da Fonseca Lourenço<sup>1</sup>  
Filipe Capeletti<sup>2</sup>  
Suelen Moreira<sup>3</sup>  
Amanda Fonseca de Albuquerque<sup>4</sup>  
Andria Klug Lemões<sup>5</sup>  
Laerte de Azevedo Gasque<sup>6</sup>

**RESUMO:** Na história da humanidade, existem relatos dos nascidos “castigados” por Deus, pois, por muito tempo, toda pessoa que apresentava uma doença mental era uma aberração da natureza, um castigo. Juntamente com o desenvolvimento social e científico, passou-se a estudar cada vez mais as alterações cerebrais. Já no século XIX, existiam os hospitais psiquiátricos, verdadeiros depósitos de gente. Além disso, estes locais foram usados como castigo para pessoas que não seguiam os padrões sociais. E hoje, conta-se com diferentes estudos que apresentam as mais diversas doenças mentais, desde as genéticas que surgem nas primeiras semanas de gestação como as síndromes, até as que surgem como resultado de um traumatismo craniano ou derrame que pode gerar uma deficiência ou perda de habilidades. Diante desta realidade diferenciada, os portadores de deficiência, necessidades especiais ou superdotação, por lei, devem ser matriculados nas escolas regulares. E, muitos dos professores, despreparados e sem conhecimento suficiente para uma prática docente com diferentes alunos enfrentam dificuldades em seu cotidiano. O que o governo oferece são cursos e teorias sobre como portar-se diante desta realidade imposta e, como ajuda, oferece, quando possível, um monitor para cada aluno especial. Com um olhar pedagógico, para o sucesso educacional, se faz necessário muita dedicação e estudo por parte de todo professor que pretende atuar na rede educacional. E ainda, é indispensável um estudo para quais os alunos “especiais” esta realidade é benéfica.

**Palavras-chave:** Doença Mental. Educador. Inclusão.

<sup>1</sup>Licenciatura em Letras/ Português e respectivas Licenciaturas. Pós-graduação: Análise Criminal/ Políticas Públicas/ Gestão do Sistema Prisional / Gestão Pública/Segurança Pública

<sup>2</sup> Bacharel em Direito Pós-graduação em Direito Penal Pós-graduação em Administração de Pessoas Pós-graduação em Gestão do Sistema Prisional

<sup>3</sup> Graduação em Educação Física

<sup>4</sup> Graduação Direito

<sup>5</sup> Graduação em Enfermagem Pós-graduação em UTI, Urgência e emergência

<sup>6</sup> Graduação em Ciências Econômicas Pós-graduação em Sociedade e Política do Rio Grande do Sul Pós-graduação em Contabilidade, Perícia e Auditoria Pós-graduação em Segurança Pública e Inteligência

**ABSTRACT:** In human history, there are reports of those born "punished" by God, because, for a long time, every person with a mental illness was a freak of nature, a punishment. Along with the social and scientific development, brain alterations started to be studied more and more. As early as the 19th century, there were psychiatric hospitals, real depots of people. Moreover, these places were used as punishment for people who did not follow social standards. And today, there are different studies that present the most diverse mental illnesses, from the genetic ones that appear in the first weeks of gestation such as syndromes, to those that arise as a result of a head trauma or stroke that can generate a disability or loss of abilities. In view of this differentiated reality, those with disabilities, special needs or giftedness, by law, must be enrolled in regular schools. And, many of the teachers, unprepared and without enough knowledge for a teaching practice with different students, face difficulties in their daily lives. What the government offers are courses and theories on how to deal with this imposed reality and, as a help, it offers, when possible, a monitor for each special student. With a pedagogical view, for educational success, a lot of dedication and study is required from every teacher who intends to work in the educational network. And yet, it is indispensable to study for which "special" students this reality is beneficial.

**Keywords:** Mental Illness. Educator. Inclusion.

## 1. INTRODUÇÃO

Este trabalho tem por objetivo apresentar um estudo bibliográfico abordando questões referentes à educação, o educador, o desenvolvimento mental, a inclusão e a realidade das escolas públicas. O direito à educação é um princípio constitucional, sendo reafirmando pelo Estatuto da Criança e do Adolescente e pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDBEN- Nº. 9.394 de 1996, que define também a educação como um dever do estado e da família, devendo ser considerado como um ato que deverá contribuir significativamente para o exercício da cidadania.

Diante de uma nova realidade advinda com o processo de inclusão, estaria o educador preparado para esta vivência? Uma nova composição das turmas em sala de aula, independente da disciplina ou ano que o educador desenvolva sua atividade docente, este pode encontrar em sua realidade diferentes alunos e seus diferentes laudos. Todo professor deve estar preparado para as múltiplas realidades que pode encontrar.

Assim, como objetivo geral, esta produção visa denotar sobre a educação. Tendo como objetivos específicos: citar dados sobre a prática e a importância do educador, apontar informações sobre o desenvolvimento mental, bem como registrar dados sobre a inclusão, enumerar pontos importantes da realidade das escolas públicas e, também apresenta dados sobre a metodologia que foi desenvolvida neste processo de registro acadêmico.

Ao encontro de uma justificativa para este estudo, torna-se importante registrar que a educação como um direito, definiu-se um marco estrutural visando construir uma sociedade mais justa, mais igualitária e democrática. Logo, não há como pensar uma educação para

## 2. EDUCAÇÃO

Todos sem refletir sobre inclusão social e, por consequência, a inclusão. Todo docente, deve ter informações sobre temas referentes à inclusão, para que assim, possa buscar práticas pedagógicas ao encontro da realidade vivenciada. Em especial, o professor de educação física precisa estar atento para sua prática pedagógica, pois, independente dos alunos envolvidos em sua realidade, suas habilidades ou capacidades, deve ofertar atividades que contribuam para o desenvolvimento do aluno enquanto cidadão crítico e atuante.

Ao abordar a educação sendo um direito, um princípio constitucional, reafirmado pelo Estatuto da Criança e do Adolescente e pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDBEN- Nº. 9.394 de 1996, que define também a educação como um dever do estado e da família, considerado como um ato que deverá contribuir significativamente para o exercício da cidadania.

Por esse pressuposto, Scotti (1999:42) argumenta que “[...] a educação deve ser, por princípio liberal, democrática e não doutrinária”. Dentro dessa concepção o educando é, acima de tudo, digno de respeito e do direito à educação de qualidade. Assim, a educação assume um significado universalista, tornando-se própria de uma cidadania ampliada e ansiosa por encontros e reencontros com uma democracia civil, social, política e cultural.

E desta forma, um direito de todo cidadão, faz-se necessário ampliar as condições materiais da sociedade para a fruição dos direitos e deveres civis, visto que a escola é um espaço que possibilita o desenvolvimento da socialização. Sendo assim, a escola deve necessitar urgente de alterações para que seja um espaço que possibilite o encontro das diversidades favorecendo a democratização educacional atodos.

E para isso, é de suma importância que não somente a escola, mas também que a sociedade comprometa-se, visando oferecer um desenvolvimento educacional com base na cultura e na realidade social em que estão inseridas. Para que desta forma possam juntas contribuir para a formação de cidadãos mais atuantes, críticas e conscientes de sua realidade e capacidade social.

Para a construção de uma sociedade mais justa, igualitária e democrática, não há como pensar a educação para todos sem falar sobre inclusão social e, uma Educação Inclusiva. Uma

educação inclusiva que “inclui” todo e qualquer aluno que desejar estar na escola regular, que vai apresentar seu desenvolvimento de acordo com suas capacidades mentais, pois, cada ser apresenta sua especificidade mental. Logo, estudar, planejar e adequar-se a realidade é função do educador.

## 2.O EDUCADOR

Atualmente, a realidade está repleta de muitos educadores descontentes com a situação social. Cada vez mais, o governo desvaloriza esta profissão e, não oferece a valorização merecida. No passado, ser professor era sinônimo de um bom status financeiro e social. Na atualidade, é uma classe de profissionais onde é possível encontrar trabalhadores que apenas cumprem a carga horária, sem um comprometimento efetivo. Mas, esta não é uma realidade totalitária. Ainda há profissionais que, independente da realidade, amam sua profissão e, dedicam-se ao máximo em busca de um bom trabalho. De acordo com Millot (1987):

O educador- bem como o analista- deveria visar, através da resolução do complexo de Édipo, à sua própria diluição como figura ideal. Somente trabalhando para a sua própria destruição, através o esvaziamento do lugar do professor, é que se dará a chance do aluno ocupar ele mesmo este lugar, e aprender finalmente a se ensinar. Aprender a aprender. (MILLOT In MRECH, 1991:44)

Assim, segundo Millot (1987), cabe a cada professor ensinar seu aluno de como aprender e, aprender com sua presença ou não. Sendo assim, de suma importância a figura do educador, bem como sua função social. Porém, não é somente responsabilidade do educador o desenvolvimento do sujeito, mas no próprio sujeito, como diz Mrech (1991):

Nem o professor, nem o psicopedagogo, nem o próprio sujeito, estão de posse de fórmulas que definam o sujeito. Há sempre algo que desliza..., pois, saber é sempre crer saber. (MRECH, 1991:43)

Não se pode sobrecarregar o educador, ou seja, o professor, diante da função de ensinar a aprender. Pois, cada sujeito, cada aluno tem sua capacidade, e mesmo diante do esforço do professor, este pode não assimilar novos conhecimentos. Mesmo com todo um trabalho planejado e correto pedagogicamente, pode vir um educador a deparar-se com sujeitos que “deslizam” de seus objetivos propostos, visto que não existem fórmulas prontas para a prática pedagógica e seu sucesso.

E ainda, diante da realidade da Inclusão, imposta pelo governo, muitos educadores estão cada vez mais acobardados de dificuldades e realidades distantes de seus conhecimentos. Não há registro de atividades de preparação do professor para vivenciar a inclusão, antes de sua aprovação. Visto que, primeiro aprovou-se a inclusão e após atividades sobre a mesma

para preparar os educadores para tal prática pedagógica que exige conhecimentos específicos sobre o desenvolvimento mental.

## DESENVOLVIMENTO MENTAL

Sabe-se que muitos dos alunos que apresentam um laudo, este pode ser conseqüência de sua formação cerebral. Isto porque a formação cerebral inicia-se na segunda semana de gestação, o cérebro é uma das primeiras coisas que se formam no bebê, na segunda semana de gravidez, quando ele mede apenas três milímetros, surge o tubo neural, estrutura embrionária que vai dar origem ao cérebro e à medula espinhal. E nesta formação, na quinta semana de gestação, os hemisférios direito (responsável pelas funções espaciais e visuais) e esquerdo (responsável pela linguagem) já começam a ser formados. O ápice da produção de neurônios acontece na 10ª semana e, daí por diante, o bebê já reage a sons, mexe os bracinhos e começa a acumular uma série de experiências. E sobre as anomalias cromossômicas, estas podem ser numéricas ou estruturais. As numéricas são causadas por disjunções cromossômicas ou cromáticas, ou falhas de pareamento. As estruturais são causadas por uma ou mais quebras em um ou mais cromossomos, produzidas por agentes físicos ou químicos.

De um modo geral, as alterações numéricas e estruturais estão associadas a graus variáveis de retardo mental. As principais causas bioquímicas das doenças metabólicas são a falta de formação de um produto, o acúmulo de um precursor, a superprodução de uma substância, ou os distúrbios de transporte de membrana. E, as causas genéticas envolvem mutações de sentido trocado, sem sentido, inserção de trechos de DNA, falhas na transformação de hnRNA em mRNA, deleções e criação de códons finalizadores antecipados. E ainda é válido registrar que “Após o nascimento, o cérebro da criança continua a se desenvolver, atingindo o auge nos primeiros três anos. Até os oito ou nove anos existem algumas áreas que ainda não estão completamente formadas”, explica o neuropediatra Luiz Celso Vilanova, da Universidade Federal de São Paulo.

As doenças mentais e o desenvolvimento mental de cada aluno é importante para o professor, pois, podem fazer parte da realidade da sala de aula. Além disso, não se pode acreditar na existência de doença apenas nos alunos já diagnosticados,

---

<sup>2</sup>Disponível em: < <http://revistacrescer.globo.com/Gravidez/Desenvolvimento-dobebe/noticia/2013/05/7-coisas-que-voce-pode-fazer-pelo-cerebro-do-bebe.html> >.

ou que somente doenças mentais podem comprometer o desenvolvimento educacional. Como afirma Freitas (2006):

A dificuldade que os alunos apresentam na aprendizagem não é só uma questão de ensino, mas de saúde. Ou seja, a forma social do aluno também é construção histórica, isto é, não está pronto acabado e ou determinado, é o que se considera coletivamente, o que se diz dele. (FREITAS, 2006:46)

Muitos alunos que estão em sala de aula com dificuldades de aprendizagem estão com problemas relacionados à sua saúde, seja de ordem fisiológica ou psicológica. Faz necessária uma constante vigília diante de qualquer avaliação, objetivando sempre relacionar o aluno com seu meio, sua saúde e suas dificuldades. E, muitos dos alunos que apresentam problemas de saúde e, ou necessitam de atendimento educacional especializado, foram inseridos nas escolas regulares através do processo de Inclusão. Sobre a Inclusão, diz Marquezan (2005):

A inclusão se fundamenta numa filosofia que reconhece e aceita a diversidade. O principal valor que permeia a ideia de inclusão está no *Princípio de Igualdade*. Para que a igualdade seja real, ela há que ser relativa, isto é, tratamento igual aos iguais e desigual aos desiguais. Igualdade de saúde, bem estar, educação, entre outras não quer dizer mesmas escolhas. (MARQUEZAN, 2005:39)

Assim, torna-se a igualdade necessária para que surja a possibilidade de escolha. Então, a igualdade deve pressupor o reconhecimento e a aceitação das diferenças individuais e culturais que permite e leva ao encontro de formas particulares de viver. A busca latente de uma prática pedagógica que vá ao encontro das necessidades de todos os alunos da classe escolar, independente de sua dificuldade ou doença mental. Para tal posicionamento todo o educador deve estar sempre em busca de conhecimento para sua prática diária com diferentes alunos. Se, de acordo com a prática pedagógica existente sabe-se que cada aluno é único e de como pode ser dificultoso o convívio em sala de aula, com a presença de alunos com deficiência mental esta realidade pode ser mais tortuosa.

O professor pode encaminhar o aluno para a sala de recursos e esta, para funcionar, necessita de um profissional com especialização para desenvolver um atendimento de educação especial. É possível ainda, fazer parte do grupo discente, alunos não diagnosticados, ou diagnosticados, o que é imprescindível é oferecer a todos a possibilidade de convívio e desenvolvimento cognitivo. E diante desta realidade, muitas escolas municipais e estaduais estão recebendo o encaminhamento de matrícula de alunos “especiais”, mesmo com professores despreparados e ou sem

sala de recursos. Algumas prefeituras oferecem um monitor para acompanhamento deste aluno em sala de aula. Mas o desafio é do educador, cabe ao professor adequar-se a nova realidade da inclusão.

## 2.INCLUSÃO

De acordo com Ropoli (2010), o Decreto N<sup>o</sup> 6.571, de 17 de setembro de 2008, que dispõe sobre o Atendimento Educacional Especializado- AEE-, destina recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação Básica – FUNDEB ao AEE de alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades / superdotação, matriculados na rede pública de ensino regular, admitindo o cômputo duplo da matrícula desses alunos em classes comuns de ensino regular público e no AEE, concomitante, conforme registro no Censo Escolar.

Ropoli (2010), ainda diz que este Decreto possibilita às redes de ensino o investimento na formação continuada de professores na acessibilidade do espaço físico e do mobiliário escolar, na aquisição de novos recursos de tecnologia assistiva, entre outras ações previstas na manutenção e desenvolvimento do ensino para a organização e oferta do AEE, nas salas de recursos multifuncionais.

Sendo assim, as Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado (2009), reiteram que, no caso de a oferta do AEE ser realizada fora da escola comum, em centro de atendimento educacional especializado público ou privado, sem fins lucrativos, conforme essa finalidade, a oferta conste também do Plano Político Pedagógico do referido centro. Pois, estes centros devem seguir as normativas estabelecidas pelo Conselho de Educação do respectivo sistema de ensino para autorização de funcionamento e seguir as orientações preconizadas nestas Diretrizes, como ocorre com o AEE, nas escolas comuns.

Assim, de acordo com as Diretrizes, para o financiamento do AEE, são exigidas as seguintes condições: matrícula na classe comum e na sala de recursos multifuncional da mesma escola pública; matrícula na classe comum e na sala de recursos multifuncional de outra escola pública; matrícula na classe comum e em centro de atendimento educacional especializado público e, matrícula na classe comum e no centro de atendimento educacional especializado privado sem fins lucrativos.

Sendo que é válido acrescentar que a organização do Atendimento Educacional Especializado considera as peculiaridades de cada aluno. Alunos com a mesma deficiência podem necessitar de atendimentos diferenciados, para isso, o primeiro passo, para se planejar

o AEE não é saber as causas, diagnósticos, prognósticos da suposta deficiência do aluno. Antes da deficiência, vem a pessoa, o aluno, com sua história de vida, sua individualidade, seus desejos e diferenças.

Atualmente entende-se que a inclusão de alunos com deficiência ou superdotação, em turmas regulares, é uma realidade assegurada por lei, porém a inclusão tem se tornado um grande desafio para muitos, já que tem se observado que muitas estruturas educacionais estão despreparadas para atender esta nova clientela. Além disso, observa-se a dificuldade de aceitação dos pais, quando há a comunicação e o encaminhamento de determinado aluno para a inclusão.

A inclusão em sua totalidade como afirmam Oliveira e Leite (2007), demanda uma transformação na organização escolar para que a escola possa atender a todos, sem distinção, incorporando as diferenças, maior riqueza da vida em sociedade, no contexto escolar, e não apenas a inserção ou integração do aluno especial na escola comum.

Diante do atual contexto da inclusão e considerando, sobretudo, as ansiedades e preocupações manifestadas pelos educadores e pelos pais.

Embora o processo de configuração de nossa sociedade como uma sociedade salarial não pudesse prescindir o tempo escolar, as marchas da desigualdade sempre renovaram a dúvida que atravessa a história de nosso país a respeito do que significa para nós afirmar que a escola é para todos. (FREITAS, 2006:46)

Embora a inclusão seja obrigatória, ainda há certa desigualdade e preconceito. Este pode ser configurado tanto nos familiares do aluno que foi encaminhado para inclusão, quanto em outros cidadãos que fazem parte do contexto escolar. Um dos recursos mais utilizado e presente, nas escolas públicas, é a sala de recursos que pode acolher o aluno que apresenta dificuldade em seu desenvolvimento educacional, fazendo-se necessário um atendimento educacional especializado.

Na realidade de muitas escolas da rede pública, o aluno que apresenta dificuldades na sala de aula é encaminhado pela professora para uma avaliação com a equipe pedagógica da escola, onde este pode ser encaminhado à especialista para investigação quando necessário. Este especialista pode ser uma fonoaudióloga, psicóloga, psicopedagoga, um neurologista, tudo depende da investigação realizada. Observando as políticas atuais, uma das soluções apresentadas é a sala de recursos, como parte da inclusão. E, de acordo com a realidade, parece que não são suficientes, pois, faltam, muitas das vezes, profissionais. Assim, constata-se que o aluno cuja família tenha condições financeiras de buscar auxílio médico, psicológico ou psiquiátrico, poderá amenizar seu problema de aprendizagem mais rápido do que nosso aluno da rede pública, caracterizando a fragilidade do sistema escolar e também da saúde pública.

A escola é de suma importância para o bom desenvolvimento do aluno, visto que sua responsabilidade é de trabalhar conteúdos e estabelecer um processo educativo que envolva a comunidade conforme o contexto político, social e econômico do aluno. A realidade de muitas escolas é uma sala de aula chamada de sala de recursos onde se encontram vários tipos de brinquedos, jogos, revistas e materiais didáticos que a escola recebeu do Ministério da Educação – MEC, ou produzidos através de sucata. Como diz Ropoli (2010):

As salas de Recursos Multifuncionais são espaços localizados nas escolas de educação básica, onde se realiza o Atendimento Educacional Especializado – AEE. Essas salas são organizadas com mobiliários, materiais didáticos e pedagógicos, recursos de acessibilidade e equipamentos específicos para o atendimento aos alunos público alvo da educação especial, em turno contrário à escolarização. (ROPOLI, 2010:31)

O Ministério da Educação, como forma de apoio às redes públicas de ensino, na organização e na oferta do atendimento educacional especializado e para contribuir para o fortalecimento do processo de inclusão educacional nas classes comuns de ensino, instituiu o Programa de Implantação de Sala de Recursos Multifuncionais, através da Portaria Nº13, de 24 de abril de 2007. Assim, este programa visa atender a demanda das escolas públicas que possuem matrículas de alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento ou superdotados / altas habilidades, disponibilizando as salas de recursos multifuncionais. Porém, muitas das vezes, mesmo com legislação e programas, uma teoria completa e ideal, não é registrada e vivenciada na realidade das escolas públicas.

381

## 2. A REALIDADE DAS ESCOLAS PÚBLICAS

A realidade social das escolas sempre foi repleta de dificuldades, resultantes do meio, sejam elas estruturais ou, funcionais. Pode ocorrer no contexto escolar desde a falta de salas de aula adequadas, até a simples barra de giz. As dificuldades variam de acordo com o contexto em que se encontra a instituição.

Porém, focando a Inclusão, a rede educacional municipal do município de Rio Grande, no extremo sul do estado gaúcho, tomou ações indispensáveis, no ponto de vista estrutural para tornar a inclusão realidade. Inicialmente, as escolas passaram por adaptações estruturais, foram adquiridos recursos dados como necessários pelo governo e toda uma preparação estrutural para a prática da inclusão.

Após todo um preparo estrutural, mesmo que falho, passou-se a se preocupar com o professor e, a este foram oferecidos cursos, palestras e encontros para conversa sobre o tema e a realidade em que todos, sem escolha, seriam inseridos. Assim, todo e qualquer professor

poderia receber, em sua sala de aula, alunos com qualquer doença mental, síndrome ou deficiência, mesmo que não soubesse como atuar diante de tal aluno.

A imposição do governo federal foi direta, sem diálogo, sem questionamento, apenas cursos rápidos e pactos para o sucesso. Uma das soluções para a prática pedagógica com alunos “especiais” é encaminhá-los à sala de recursos ou oferecer a este aluno um monitor para ajudar em suas atividades. E diante do monitor, surgem questionamentos: seria necessário este monitor? Qual a real função do monitor? Até que ponto o monitor permite a inclusão? E diante de tal realidade, as dúvidas são muitas e as escolas municipais estão recebendo um novo grupo de alunos que até então eram direcionadas às instituições especializadas. Ou seja, a realidade das escolas públicas vivenciou a inclusão, desde a sua implantação, em busca de um sucesso que não se sabe qual é.

O grande desafio do educador, independente da disciplina ou ano em que atuou no ensino público é estar num constante estudo e comprometimento para ofertar meios de desenvolvimento cognitivo para todos os seus alunos. Em especial, não cabe ao professor de educação física excluir o aluno incluso.

## METODOLOGIA

382

Este trabalho foi desenvolvido com base na metodologia de pesquisa bibliográfica. Visto que ao pensar metodologia, sabe-se que esta palavra é derivada de “método”, do latim “methodus”, cujo significado é “caminho ou a via para a realização de algo”. Sendo o método o processo para se atingir um determinado fim ou para se chegar ao conhecimento.

Desta forma, a metodologia é o campo que estuda os melhores métodos praticados em determinada área para a produção do conhecimento. Neste caso, os métodos e os meios que foram utilizados para o desenvolvimento deste trabalho de conclusão de curso. Assim:

[...] para que seja possível compreender a realidade e a contribuição do pesquisador, o procedimento metodológico deve abranger os conceitos teóricos de abordagem e o conjunto de técnicas. Além do referencial teórico, a metodologia deve ser redigida de forma clara, coerente e eficiente, possibilitando encaminhar os dilemas teóricos para o desafio da prática. [...] a natureza do problema é que determina o método, ou seja, a escolha do método é feita em função do problema estudado. (FRECONZE, et al., 2014, p.106)

E assim, diante das diferentes pesquisas que poderiam ter sido desenvolvidas, de acordo com o método de abordagem, foi realizada uma pesquisa bibliográfica ou documental, ou seja, uma pesquisa teórica, de revisão de literatura, em que foram realizadas consultas à artigos, livros, estudos e documentos diversos, físicos e do ambiente virtual.

Sobre os autores que abordam o tema em questão, foram apresentados registros de:

FERREIRA (2007), FREITAS (2006), HUSKEN (2010), MARQUEZAN (2005) e, MENDES (2006), dentre outros. Os critérios de exclusão se basearam no descarte de artigos sem teor científico. E, a grande dificuldade foi selecionar o que deveria ser registrado, diante do imenso número de produções encontradas sobre o tema. Mesmo com tanto material redigido, ainda há muitos acadêmicos de licenciatura, que desconhecem a real importância e o grande desafio que é a inclusão. Todo e qualquer texto científico ou relatos de experiências referentes á inclusão, é fundamental para preparação para a prática pedagógica, em sala de aula, na atualidade, visto que a inclusão está presente em diferentes realidades da escola pública.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesse artigo foram apresentados alguns conceitos já conhecidos. Isso porque, o tema aqui abordado é muito amplo e por vezes necessita de pesquisas além do proposto. Após este estudo e muitas reflexões: este tema é de muita importância a todo e qualquer profissional que faça parte do contexto escolar, do grupo docente, técnico ou de apoio da instituição escolar. Visto que tanto o atendimento educacional especializado, quanto a saúde recursos, ambos vem ao encontro das necessidades da educação. Em geral, o professor depara-se, no cotidiano escolar com diversos alunos que podem apresentar altas habilidades ou profundas dificuldades que vão interferir diretamente na aprendizagem e, até ficar exposto a necessidade de um atendimento especializado.

383

Com as atuais leis, decretos e resoluções voltadas para Educação Inclusiva, hoje esta ideia é desenvolvida, mas, exige um processo longo de adaptação para ser plenamente concretizada. Pois, o processo de inclusão foi imposto sem um preparo adequado tanto para os aspectos humanos quanto para os físicos das escolas. Ainda existem vários problemas que devem ser resolvidos tanto da parte da estrutura das escolas, quanto da capacitação de professores e funcionários.

Infelizmente a obrigatoriedade não leva a um atendimento capaz de alcançar as necessidades dos alunos que estão sendo incluídos na escola regular, pois nem todas as medidas prescritas em lei são cumpridas, e por vezes esse aluno também não tem o suporte adequado no processo de ensino aprendizagem. Enquanto cidadão, professor ou não, grande parte das pessoas que compõe a sociedade que norteia o aluno encaminhado à inclusão, necessita de mais informações sobre a prática pedagógica, em especial, diante da inclusão imposta sem um preparo estrutural ou técnico. Além disso, sabe-se que toda teoria estudada, na prática, pode sofrer alterações e adaptações, visando sempre o sucesso do processo de ensino aprendizagem.

As dificuldades de aprendizagem sempre existiram e, fazem parte da vida profissional de um professor comprometido, logo, a função do professor sempre foi auxiliar o aluno na superação de suas dificuldades.

Assim sendo, mesmo com conhecimentos básicos, ser professor é estar em constante estudo para ir ao encontro das necessidades e habilidades de seus alunos. A realidade em que o professor atua deve ser conhecida e, exige do professor estudos permanentes para desenvolver uma prática pedagógica comprometida com o desenvolvimento de todos os alunos, incluindo todos, independente de seus rótulos ou laudos, visando contribuir para o seu desenvolvimento do aluno enquanto cidadão e, preparando-o para a vida em sociedade.

Normalmente, antes de um ato social, há um processo político. A inclusão foi imposta, muitos professores tiveram de obter conhecimentos em tempo recorde para ir ao encontro das exigências diárias de sua prática educacional. Além de comprometimento, que deve todo professor desenvolver em sua prática profissional, o professor de educação física deve ter um olhar mais sensível aos alunos que formam seu grupo discente. Pois, cada aluno é um ser humano único dotado de especificidades e habilidades que precisam ser respeitadas, para que a humanização esteja sempre presente no ambiente escolar, um ambiente capaz de propiciar experiências significativas e de suma importância para todos os envolvidos.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- FERREIRA. M.E.C. **O enigma da inclusão: das intenções às práticas pedagógicas**. Educ. Pesquisa. 2007.
- FREITAS, Lia. **Documento subsidiário à política de inclusão**. Brasília : Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial, 2006.
- FUNDO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A INFÂNCIA. **Declaração Mundial de Educação para Todos e Plano de Ação para Satisfazer as Necessidades Básicas de Aprendizagem**. Jomtien: 1990.
- HUSKEN, Rosane Bom. **Psicopedagogia Clínica: diagnóstico e intervenção**. Pelotas: Cópias Santa Cruz, 2010.
- MARQUEZAN, Reinoldo. **A Inclusão na perspectiva do novo paradigma da ciência**. Educação Especial, Santa Maria, V.2, n<sup>o</sup>26, p:31-42, mai – jun de 2005.
- MENDES, Enicéia G. **A Radicalização do Debate sobre Inclusão Escolar no Brasil**. Revista Brasileira de Educação 2006; 33 (11): 387 – 559.
- MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica**. Brasília: MEC /SEESP, 2001. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO.

Educação Inclusiva – A Fundamentação Filosófica. Brasília: MEC /SEESP, 2004.  
**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva.** Brasília: MEC /SEESP, 2007.

**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Formação Continuada a Distância de Professores para o Atendimento Educacional Especializado – Deficiência Física.** Brasília: SEESP/ SEED/ MEC, 2007.

**MINISTÉRIO DA JUSTIÇA. Declaração de Salamanca e linhas de ação sobre necessidades educativas especiais.** Brasília: CORDE, 1994

MIRANDA, Arlete A. B. **A prática pedagógica do Professor de Alunos com Deficiência Mental.** 2003. 210 f. Tese (Doutorado em Educação). Faculdade de Ciências Humanas – UNIMEP, Piracicaba.

MOTTA, Paulo Armando. **Genética Humana: aplicada a psicologia e toda a área biomédica.** Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2009.

MRECH, Leny Magalhães. **A deficiência mental como fantasma.** In Psicopedagogia: contextualização, formação e atuação profissional. Org. Beatriz Judith Lima Scoz et al. Porto Alegre: Artes Médicas, 1991.

OLIVEIRA A. A. S.; LEITE L. P. **Construção de um sistema educacional inclusivo: um desafio político-pedagógico.** Ensaio: avaliação de Políticas Públicas. Educ. 2007.

ROPOLI, Edilene Aparecida. **A Educação Especial na Perspectiva da Inclusão Escolar: a escola comum inclusiva.** Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial; Fortaleza: Universidade Federal do Ceará. 2010. V.1 - Coleção: A Educação Especial na Perspectiva da Inclusão Escolar.

385

RUBINSTEIN, Edith. **A intervenção psicopedagógica clínica.** In Psicopedagogia: contextualização, formação e atuação profissional. Org. Beatriz Judith Lima Scoz et al. Porto Alegre: Artes Médicas, 1991.

SCOTTI, Annete Rabelo. **Adaptação curricular na inclusão.** Integração. Ano 9, nº21, 1999.

VILANOVA, Luiz Celso. **Coisas que você pode fazer pelo cérebro do bebê.** 2013. Disponível em: < <http://revistacrescer.globo.com/Gravidez/Desenvolvimento-do-bebe/noticia/2013/05/7-coisas-que-voce-pode-fazer-pelo-cerebro-do-bebe.html> >. Acesso em outubro de 2021.